

Editorial

O volume 31 da *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, fiel ao escopo da revista, traz importantes contribuições interdisciplinares para a compreensão e o debate de questões socioambientais da atualidade. É com muita satisfação que observamos o aumento dos artigos aqui submetidos, o que evidencia o avanço da pesquisa científica nessa temática e a relevância crescente da revista como veículo de sua divulgação.

Discutindo os limites ecológicos do desenvolvimento na sua forma hegemônica, o texto de Carolina Lopes Araujo, Elimar Nascimento e João Nildo de Souza Vianna inicia a seção de artigos. Por meio de revisão bibliográfica e apresentação de dados, os autores mostram como a dinâmica atual do sistema econômico leva a desgastes ambientais com efeitos cada vez mais severos que, segundo prognósticos atuais, comprometerão, a médio prazo, a capacidade de sobrevivência humana no planeta. Concluem que uma mudança estrutural no paradigma de produção e de consumo é urgente para enfrentar essas tendências, fazendo-se “necessários mecanismos sociais, institucionais e informacionais, além da adequação e da coordenação dos avanços tecnológicos”.

No artigo “Recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados: aspectos legislativos sobre sua proteção e acesso”, Rosemary de Sampaio Godinho e Maurício Jorge Pereira da Mota fazem uma análise da legislação, dos procedimentos e dos principais personagens envolvidos na matéria, ressaltando as fragilidades e entraves presentes no caso brasileiro. Apresentam dados que demonstram a precariedade do sistema de concessão de autorizações de acesso ao patrimônio e aos conhe-

cimentos tradicionais associados, ressaltando como esses limites entravam uma adequada bioprospecção e desenvolvimento tecnológico no país.

O próximo artigo é intitulado “O futuro dos Pagamentos por Serviços Ambientais no Brasil a partir do novo Código Florestal” e seus autores são Marcos Vinicius Godecke, Haide Maria Hupffer e Iara Regina Chaves. Sua proposta é contextualizar a situação dos programas de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) no Brasil e discutir o seu futuro frente ao Projeto de Lei 792/2007 e suas emendas, em tramitação no Congresso Nacional, e ao novo Código Florestal, a Lei 12.651/2012, com as alterações promovidas pela Lei 12.727/2012. Tal legislação introduz diversos instrumentos econômicos que, segundo os autores, constituem iniciativas complementares para a busca da reversão do quadro de depleção dos serviços ecosistêmicos brasileiros.

Em “A emergência da produção de novidades em territórios “marginalizados”: uma análise a partir do território Alto Camaquã, Rio Grande do Sul”, de Marcio Zamboni Neske, Flávia Charão Marques e Marcos Flávio Silva Borba, busca-se “analisar as respostas diferenciais que os atores sociais são capazes de criar como forma de resistir e/ou de contornar o regime sociotécnico e científico dominante”. Demonstra que processos inovadores remetem ao “diálogo entre diferentes conhecimentos (científicos e tácitos) e à interação entre distintos atores (humanos e não humanos), que se entrelaçam em redes sociotécnicas, constituídas com o objetivo de contestar o regime sociotécnico prevalente e desafiar a narrativa modernizante de desenvolvimento”.

O texto intitulado “A representação social do Guará (*Eudocimus ruber*) nas falas e percepções das comunidades ribeirinhas de Guaratuba (PR): a educação ambiental necessária”, de Francine Amelia Schaufelberger Scherer e Nelma Baldin, ao constatar a presença da ave na região, após um longo período de ausência, propôs analisar o lugar que o Guará ocupa no imaginário coletivo da população ribeirinha da Baía de Guaratuba. A pesquisa de cunho etnográfico, desenvolvida como uma atividade de Educação Ambiental, mostra a importância da ave para as populações locais e indica a necessidade de se implementar mais ações educativas para a sua preservação.

Anna Jéssica Pinto de Andrade, Neusiene Medeiros da Silva e Cimone Rozendo de Souza são as autoras de “As percepções sobre as variações e mudanças climáticas e as estratégias de adaptação dos agricultores familiares do Seridó potiguar”. Com base em pesquisa realizada em 29 comunidades de quatro municípios da região, constatou-se que a percepção dos agricultores sobre as variações climáticas é bastante difusa, embora demonstrem perceber a alteração dos períodos chuvosos e secos, bem como a intensificação destes. Em geral, o estudo mostra que “são poucas as estratégias desenvolvidas para a convivência com a semiaridez, o que gera uma condição de vulnerabilidade que poderá ser agravada numa situação de mudanças climáticas mais profundas”.

No artigo “Cadeias produtivas do carvão vegetal na agricultura familiar no sul do Brasil”, de Marina Carrieri-Souza, Alfredo Celso Fantini, Cíntia Uller-Gómez e Reney Dorow, é analisada a produção de carvão vegetal em três casos representativos do Sul do Brasil. Constata-se seu papel na geração de renda para os agricultores familiares e indicam-se as possibilidades para tirar tal atividade da clandestinidade, colocando-a num patamar em que seja social e ambientalmente responsável. Discute-se como a forma de comercialização de carvão em cadeias curtas pode criar “estratégias de inserção no mercado e agregação de valor com base na identificação das características de qualidade do produto, mas, sobretudo, com destaque para o atendimento aos requisitos ambientais da produção, contribuindo para a produção sustentável na agricultura familiar”.

O texto seguinte, de Sarita Soraia de Alcântara Laudares, Kmila Gomes da Silva e Luís Antônio Coimbra Borges, intitulado “Cadastro Ambiental Rural: uma

análise da nova ferramenta para regularização ambiental no Brasil”, teve como objetivo analisar as mudanças trazidas pelo novo Código Florestal, especialmente no que diz respeito ao novo sistema de regularização ambiental, o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Esse cadastro visa constituir “uma base de dados estratégica para o controle, o monitoramento e o combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil”. Tal instrumento pretende substituir o sistema cartorial pelo cadastro eletrônico. Os autores assinalam que, num primeiro momento, o CAR cria um “cenário de instabilidade jurídica por ser um instrumento novo, ainda em fase de adoção, e até o momento sem definição clara para a sua aplicabilidade efetiva e prática”, o que se espera seja transitório e represente um “sistema menos burocrático por ser um procedimento técnico-especializado realizado pelo próprio órgão ambiental”. Concluem que o Novo Código Florestal “teve como maior objetivo solucionar os passivos ambientais, ou seja, regularizar as propriedades que se encontravam ao revés da lei”, sendo o CAR “o mecanismo de maior expectativa quanto à eficácia na gestão e no monitoramento da recuperação dessas áreas”.

O texto intitulado “Relação entre gerenciamento de resultado e evidenciação dos gastos ambientais”, de Hugo Dias Amaro e Simone Bernardes Voes, finaliza a seção de artigos desse volume. Propôs investigar, a partir do estudo das 21 empresas do setor de siderurgia e metalurgia listadas na Bolsa de Valores de São Paulo, se e como tais empresas evidenciam seus gastos ambientais. Constataram que somente nove dentre elas fazem tal evidenciação. Após constituídas as variáveis de análise, buscaram verificar a relação entre elas por meio de regressão logística e chegaram à conclusão de que não há relação estatística entre as variáveis de estudo. Segundo os autores, “a pesquisa pode servir de alerta para os órgãos regulamentadores no quesito evidenciação das informações dos custos e investimentos ambientais divulgadas pelas empresas ao mercado de capitais”.

Na sequência, trazemos o ensaio de Diogo de Carvalho Cabral: “No mutirão da vida: pensando como um historiador ambiental”. O texto “defende a relevância da história ambiental como crítica dos esquemas de pensamento e atitude atualmente dominantes em relação ao mundo extra-humano”. Contrapõe a posição do “criacionismo” religioso – que, transposto ao âmbito laico, gerou

“um retrato do mundo como produto unilateral da ação humana” – à concepção dos historiadores ambientais que partem da “ideia descentralizada de agência para defender o princípio de que os humanos mais participam do que de fato criam; a criatividade reside nos encontros e relações que estabelecem, e não nos humanos”. Como ilustração desse debate, revê brevemente “o processo histórico de substituição das populações ameríndias, nativas da Mata Atlântica, por populações mestiças neobrasileiras, a partir de 1500”.

Finalizando o volume, apresentamos uma resenha, elaborada por Daniela Fideles da Silva, do livro “Lixo Zero – Gestão de resíduos sólidos para uma sociedade

mais próspera” (São Paulo: Planeta Sustentável; Instituto Ethos, 2013), de autoria de Ricardo Abramovay, Juliana Simões Speranza e Cécile Petitgand. Como parte final de sua resenha, a autora sinaliza que o livro “propõe reflexão interessante não apenas para especialistas, mas a todo leitor que se interesse por uma visão mais ampla acerca das transformações recentes da governança de resíduos”.

Esperamos que os textos aqui reunidos possam ser úteis para os estudiosos e interessados nas temáticas socioambientais.

Boa leitura!

Os Editores

Equipe Editorial e Técnica responsável pelo volume:

Editores-chefes: Angela Duarte Damasceno Ferreira e José Milton Andriguetto Filho

Editores adjuntos: Lucia Helena de Oliveira Cunha e Thiago Zagonel Serafini

Secretaria científica: Eloisa Beling Loose, Tiago Mafra e Roberta Giraldi Romano

Pareceristas da revista: ver em <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/about/editorialPolicies#custom-2>>.

Revisão de texto (português): Reinaldo Cesar Lima

Revisão de texto (inglês): Carolina Alves Ferreira

Editoração eletrônica: Reinaldo Cesar Lima

Design: Oscar Reinstein

ISSN: 1518-952X, eISSN: 2176-9109